

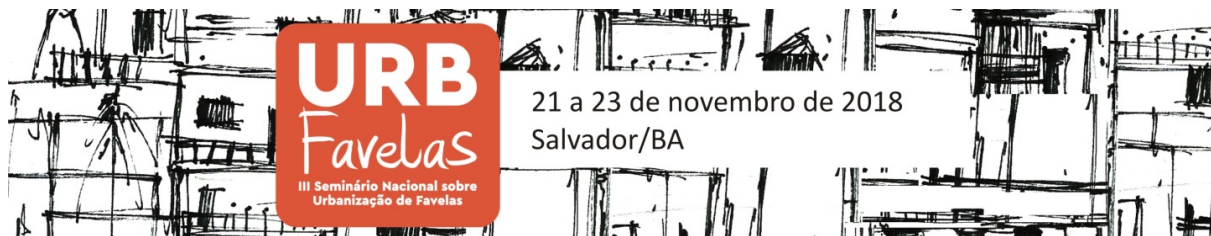


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFANELAS
Salvador - BA - Brasil

ARQUITETANDO INTERSUBJETIVIDADES NAS ENTRELINHAS DO PRESENTE

André Luiz Carvalho Cardoso (ESDI/UERJ) - alcarvalho@esdi.uerj.br

Arquiteto e Urbanista com Doutorado em Arquitetura pelo PROARQ / FAU/ UFRJ. Professor Adjunto da Escola Superior de Desenho Industrial - ESDI/UERJ, onde coordena o Curso de Arquitetura e Urbanismo. Professor do PPDESDI/UERJ.



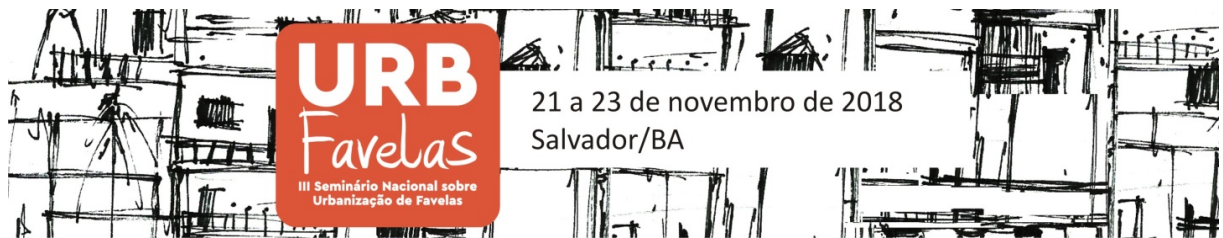
ARQUITETANDO INTERSUBJETIVIDADES NAS ENTRELINHAS DO PRESENTE

RESUMO:

O objetivo geral deste artigo é, a partir da apresentação de dois projetos de extensão, situar a ideia de arquitetura e de urbanismo no debate contemporâneo das emergências sociais e de suas relações com a cultura, a partir de reflexões sobre participação, coautoria, lugar, alteridade e intersubjetividade. Assim, trazemos como base para esta construção um relato histórico de processos e vivências que vêm sendo desenvolvidos, desde 2015, na favela de Manguinhos. Resultado das parcerias construídas entre várias instituições e moradores da Rua São José, viela da favela de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. A Rua São José tem sua existência atual marcada pelas obras do PAC Manguinhos e todas as complexas contradições dessas obras. Nos processos usados nas vivências, destacam-se os caminhos apontados a partir do conceito de Antropoteto (Arquiteto + Antropólogo), lançado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. As relações sociais desenvolvidas no trabalho de campo pelos participantes vão evidenciando discussões que acabaram por propiciar o crescimento na formação dos estudantes para o desenvolvimento e a compreensão de uma arquitetura mais humana, aquela que se estabelece para além das visões formalistas, expandindo fronteiras de construções socialmente justificáveis.

Palavras-chave: Arquitetando Intersubjetividades. Rua São José. PAC Manguinhos.

ST – 1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



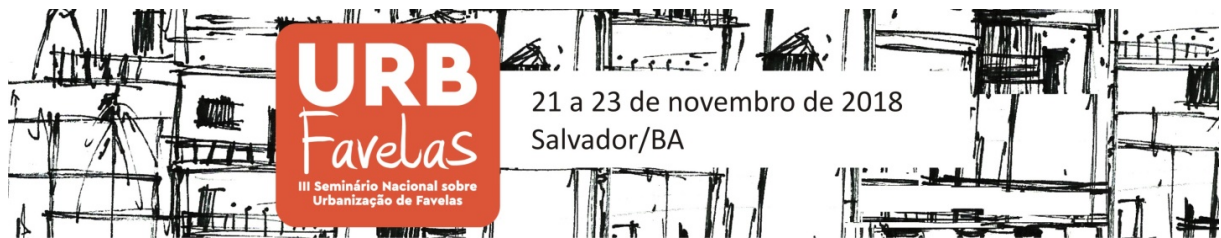
I – INTRODUÇÃO

“Versões formalistas e naturalistas do marxismo constituem-se em desafios à própria ação do antropólogo, pois primam por esterilizar o cotidiano, ao submetê-lo a esquemas gerais muito idealizados e incapazes de captar as nuances da prática.” (SANTOS, 1981, p.20).

A persistência das preocupações levantadas por Carlos Nelson Ferreiros dos Santos, no século passado, sobre uma formação arquitetônica e urbanística formalista e muitas vezes incapaz de captar as nuances da prática, principalmente em projetos de interesse social, parece ainda não ter sido superada na arquitetura e no urbanismo. As discussões estão postas, mas na prática muitos modelos de formação profissional dos arquitetos ainda parecem estar vinculados ao clássico modelo de formação que acaba por criar arquitetos etnocêntricos, que acreditam em clássicas discussões como a soberania da forma, ainda que tais discussões já tenham sido superadas em outras disciplinas. Desta forma, a atualidade e a pertinência dessas ideias levantadas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, sobre tornar-se um “antropoteto”, foram as bases estruturantes dos caminhos que embasam os projetos de extensão, Arquitetando Intersubjetividades da FAU/Unisuam e o Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – LSECAU/ESDI/UERJ, e as inserções na Favela de Manguinhos, aqui apresentados. Os projetos basearam-se no anseio de ampliar os caminhos profissionais dos estudantes de arquitetura e urbanismo e de engenharia civil, trazendo para o seu processo de formação uma condição socioantropológica.

Os projetos de extensão, aqui apresentados, traziam, em suas propostas, algo de diferencial, a saber, não serem modelos intra-muros das universidades, mas sim serem estruturas coletivas e móveis que funcionariam extra-muros, buscando nas comunidades vizinhas às universidades as demandas que os alimentariam. Sim, a proposta central era o uso da pesquisa etnográfica como método de reconhecimento e mapeamento das atividades que seriam desenvolvidas pelos projetos.

Buscava-se, desta forma, a construção de projetos de extensão formados por profissionais e estudantes de múltiplas disciplinas que pudessem ir a campo, oferecendo

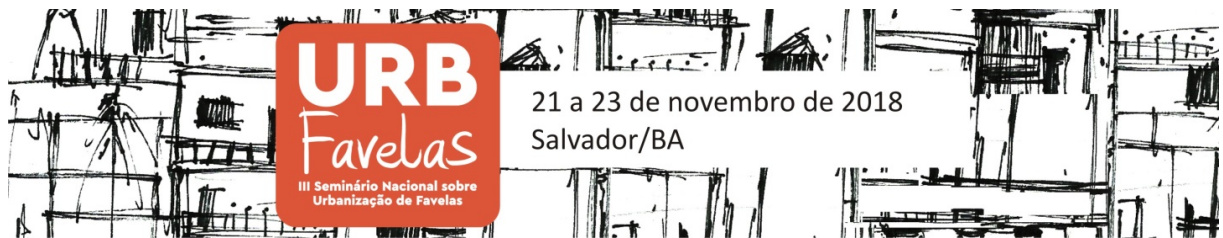


parcerias possíveis "in loco" aos cidadãos para contribuição e melhorias de seus espaços de construção e moradia.

Nas propostas iniciais dos projetos, buscava-se um entendimento ampliado sobre os projetos de habitação social, criando um atravessamento interdisciplinar na tentativa de desenvolver relações diretas entre arquitetura e etnografia na construção de arquitetos como etnógrafos, nos termos de FOSTER (2014). Observadores de inter-relações sociais, pensamos em estimular os chamados "Antropotetos": profissionais, alunos de graduação, e pesquisadores que tivessem como base dos projetos as pesquisas de campo.

Os projetos de extensão, aqui descritos, têm como meta principal criar relações diretas entre ensino, pesquisa e extensão, ligando e transformando de forma efetiva a relação entre formação acadêmica e a função social da universidade. Desta forma, os projetos de extensão aqui apresentados têm como foco inicial a oferta de assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social destinados às famílias de baixa renda, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como base a aplicação da Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Esta lei federal, sancionada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, garante assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda, prestada por profissionais habilitados tecnicamente nos campos da arquitetura, urbanismo e engenharia, em projetos de construção e moradia para famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Dentre os grupos habilitados à prestação dos serviços estão descritos os profissionais vinculados aos "programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelo", como descrito na Lei.

Diferente dos vários programas de assessorias técnicas gratuitas já oferecidas por outras instituições, e por escritórios modelos das universidades, os projetos de extensão, aqui apresentados, têm como meta central criar uma aproximação efetiva entre universidade e comunidade carente. Assim, objetivou-se a construção de um projeto de extensão formado por profissionais e alunos de múltiplas disciplinas que possam ir a campo, oferecendo parcerias possíveis. Propõe-se, com isso, a criação de escritórios modelo que tragam novos estudos e pesquisas para universidade, qualificando os alunos de graduação envolvidos. Desta forma, construiu-se como intenção atuar como agentes diminuidores das disparidades sociais e difusores de conhecimentos das áreas de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo para a sociedade brasileira. Forma-se, assim, a construção da condição intersubjetiva.



II – INTERSUBJETIVIDADE E DISPOSITIVOS

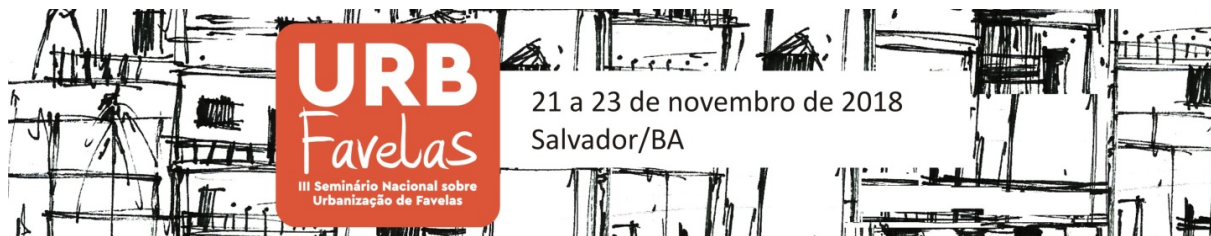
Ao falarmos de intersubjetividades, estamos, nos termos de Martin Buber (2001), falando das relações sociais, da inter-relação que “envolve o diálogo, o encontro e a responsabilidade entre dois sujeitos e/ou a relação que existe entre o sujeito e o objeto”, algo que transcende as relações corporificadas na arquitetura. Espaços, esses, que se caracterizam pela “vida em diálogo”. Encontramos tais afirmações no capítulo de introdução, escrito por Newton Zuben, para o livro *Eu e tu*, em que o autor nos afirmaria a pertinência em utilizar o filósofo Martin Buber como base para o conceito de intersubjetividade¹.

As pistas para chegarmos à ideia de intersubjetividade estão presentes na “experiência etnográfica” de James Clifford (2002). Esse autor, que cita várias vezes o termo em sua obra, destaca um certo status exemplar da prática etnográfica a partir do “envolvimento intersubjetivo”.

Essas relações, caracterizadas pelas intersubjetividades, se instauram e constroem superfícies materiais para que o “evento” se dê. São “ações que se convertem em trajetórias espaço-temporais da matéria” (SANTOS, 2009, p.93). Santos (2009), em suas teorias sobre *A natureza do espaço*, nos oferece a base que procuramos para formular aquilo que entendemos como arquitetura dos espaços populares, que se caracteriza por essa “inseparabilidade entre ação² e objeto”. Para Santos “o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”. Assim, “a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma a ação”.

¹ “O fato primitivo para Buber é a relação. O escopo último é apresentar uma ontologia da existência humana, explicitando a existência dialógica ou vida em diálogo. As principais categorias desta vida em diálogo são as seguintes: palavra, relação, diálogo, reciprocidade como ação totalizadora, subjetividade, pessoa, responsabilidade, decisão, liberdade inter-humano. (2001, p.29)

² “Ação, como a corrente de intervenções causais reais, ou observadas, de seres corpóreos num processo contínuo de acontecimentos no mundo.” (SANTOS, 2009, p.79)

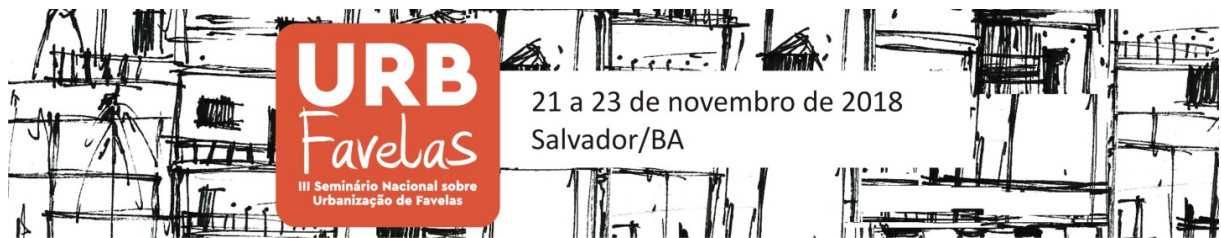


A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga à intencionalidade dos objetos, e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e da técnica presente no território... Lembramo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio... Os resultados são sempre separados daquele que a produz, graças ao caráter essencialmente momentâneo da ação. (2009, p.94)

A noção de objeto, aqui citada, está vinculada ao que Milton Santos define como “produtos de uma elaboração social” (2009, p.63). Dessa forma, segundo o autor, existe uma distinção entre objetos e coisas; estas viriam de uma elaboração natural. Assim, coisas seriam formas naturais, enquanto que os objetos seriam formas artificiais, manipuladas pelo homem.

Mesmo em Agamben, que vai decretar, na amizade, aquilo que ele diz não se tratar mais de intersubjetividade e sim de um processo de des-subjetivação, podemos entender algumas aproximações com a espaço-temporal de Milton Santos. Agamben vai compreender como uma possibilidade de produção do sujeito o resultado da relação entre viventes e os dispositivos: “temos assim duas grandes classes, os seres viventes (ou as substancias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos,. Chamo de sujeito o que resulta da relação e, pro assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos” (2009, p.41)

Agamben trata como dispositivos todas as coisas que tenha capacidade de determinar, interceptar, modelar e assegurar gestos. Não somente as construções que tenham uma conexão com poder evidente, mas também a escrita, as tecnologias digitais e em ultima instancia a própria linguagem. Para Agamben o termo dispositivo “nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir seu sujeito”. (2009, p.38). Dispositivos como domesticadores de identidades.

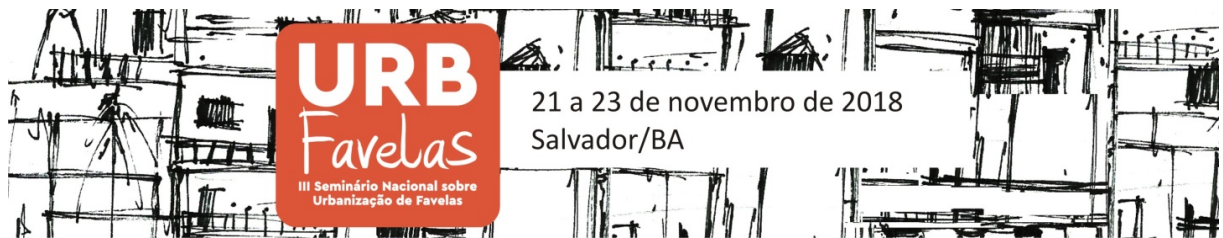


III – PRIMEIROS PASSOS

Em 2015, início das atividades. Nos primeiros meses, os projetos foram desenvolvidos nas dependências das universidades com reuniões constantes que priorizaram levantamento bibliográfico e discussões sobre os rumos da pesquisa. Assim, resolvemos iniciar os projetos com a construção de um seminário onde pudéssemos ouvir profissionais e experiências que nos auxiliassem nos caminhos a serem desenvolvidos, antes das incursões à campo. Em maio de 2015 realizamos o seminário Novos Rumos: Arquitetura de interesse social e sustentabilidade. Participaram como convidados do seminários o Grupo Teto – Brasil; a Arquiteta Mariana Estevão, apresentando o projeto Arquitetos de Família; O Arquiteto Dietmar Starke; o Arquiteto Demetre Anastassakis e o Grupo CECIP.

A organização do seminário foi de grande importância para a articulação das estruturas iniciais do grupo. Ouvir e debater a partir das experiências relatadas, compartilhar dos erros e acertos trazidos pelos grupos e profissionais convidados nos ajudaram a estruturar os primeiros caminhos. O envolvimento dos alunos na organização do evento e o sucesso do seminário fizeram com que as relações se fortalecessem e o envolvimento se ampliasse. Em muitos, brotava o gosto pela pesquisa e destacavam-se potencialidades individuais.

Depois do seminário e de mais algumas reuniões de discussão dos resultados era chegada a hora de iniciarmos nossas pesquisas de campo. As pesquisas de campo, que inicialmente seriam implementadas na Favela do Complexo do Alemão, tiveram de ser substituídas. Tivemos a notícia que a favela estava passando por muitos problemas de violência, além de questões em sua base vinculadas aos desmantelamentos das estruturas de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, que em 2015 já apresentava deficiências e desfazimento no programa das UPPs – Unidades de Polícia Pacificadoras. Assim, optamos por pesquisar o Complexo de Manguinhos. O fato de termos uma estudante de arquitetura e urbanismo, participante do projeto de extensão, moradora da Favela de Manguinhos, fez toda diferença na nossa escolha e principalmente na viabilidade do projeto.

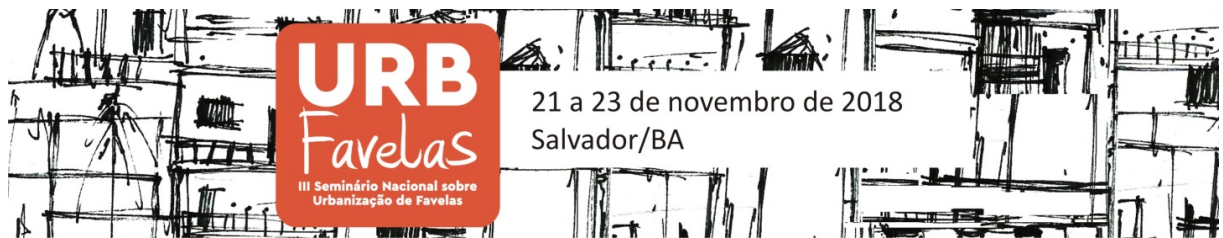


IV – INICIANDO AS PESQUISAS ETNOGRÁFICAS



Imagem 1: Grupo Arquitetando Inetrsubjetivades em sua primeira pesquisa de campo em Manguinhos – Junho de 2015 (Foto: André Carvalho, junho de 2015).

Dia 16 de junho de 2015 fizemos nossa primeira incursão à campo. Encontramo-nos às 14hs na estação de trens em Manguinhos. Nossa pesquisadora e moradora da favela mostrou-se como uma importantíssima peça em nossa estrutura como grupo de pesquisadores. Desde de nossa primeira incursão a campo fomos guiados pela estudante que com desenvoltura nos norteava pelos territórios e ia nos decifrando seus códigos locais. Assim, saímos em grupo da estação de trens de Manguinhos e seguimos o roteiro inicial estabelecido pela estudante. Eu, na condição de coordenador dos projetos e responsável pelos alunos, era tomado por certa ansiedade e tensão, características de quem não domina as relações locais. Nascia em mim também, junto aos meus alunos, a condição inicial de uma pesquisa etnográfica: o



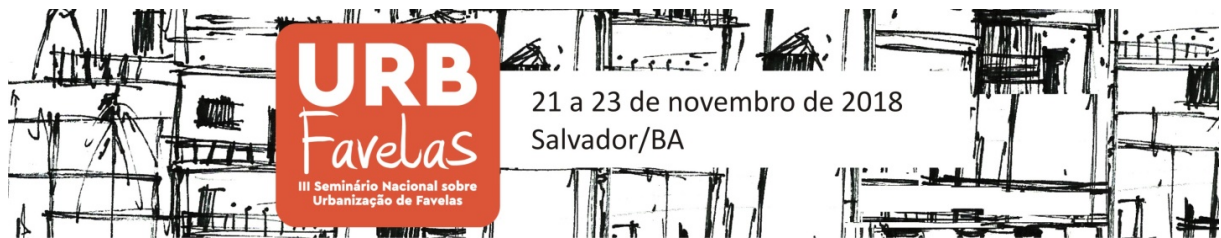
despojamento necessário que se deve ter para mergulhar no desconhecido. Atravessamos o pontilhão, passamos na horta, fomos à padaria do Marcelo, caminhamos até a Igreja de São Daniel. Finalizamos a nossa primeira ida à Manguinhos ainda sem ter a menor idéia sobre de que forma poderíamos de fato contribuir com aquela comunidade. Impactados, cada um de nós, de acordo com suas experiências e vivências, com as múltiplas realidades vividas em nossa primeira pesquisa de campo. Dois dias depois de nossa ida à campo, fomos, eu e mais cinco estudantes, convidados pelo CECIP, grupo participante da organização de um evento que tinha como objetivo discutir com a comunidade de Manguinhos as questões de segurança na ampliação da nova via criada pelo projeto do PAC Manguinhos. Esse evento aconteceu em um espaço junto à Biblioteca Parque de Manguinhos e reuniu uma grande quantidade de moradores. O debate inicial proposto foi substituído pela revolta dos moradores com os vários impactos negativos que as obras do PAC vinham gerando em suas vidas. Moradores inflamados cobravam dos representantes do governo ali presentes uma resposta para problemas que consideravam ser muito mais prioritários que os assuntos ali colocados, como, por exemplo, o risco de desabamento de algumas habitações. Das várias falas dos moradores presentes, nos chamou atenção a fala de um morador da Rua São José. Esse morador descreveu os vários problemas dessa rua e os resumia dizendo sobre a Rua São José: “Tudo de ruim que tem em Manguinhos na São José tem”. A Rua São José passaria, então, a ser nosso objeto de estudo. Compreender as questões levantadas por aquele morador configuraria nossas primeiras pistas. Desta forma, em nossa segunda pesquisa de campo, buscamos compreender o que era a Rua São José. A presença da Patrícia, moradora de Manguinhos e conhecida de alguns moradores da Rua São José, ia quebrando a barreira e a descrença de um grupo de moradores cansado das promessas feitas pelos gestores do PAC Manguinhos, como o fato da realocação que prometia, mas não concretizava, novas e dignas moradias. Fomos conversando e nos envolvendo com vários moradores até chegarmos ao morador que vimos falar no evento. Esse morador tornar-se-ia um parceiro, que até hoje acompanhamos a luta.

V – RUA SÃO JOSÉ NO PAC MANGUINHOS



Imagem 2: Grupo Arquitetando Inetrsubjetivades em sua primeira pesquisa de campo em Manguinhos – Julho de 2015 (Foto: André Carvalho, julho 2015).

A Rua São José caracteriza-se fisicamente como uma viela com arruamento informal de largura aproximada média de 1,20m, composta por construções autóctones. O local, de ocupação informal, característico das comunidades carentes, as favelas do Rio de Janeiro, apresenta problemas históricos como: entupimento das redes de esgoto; dificuldade no acesso; acúmulo de lixo e entulhos; precariedade no fornecimento de água e luz; má qualidade das



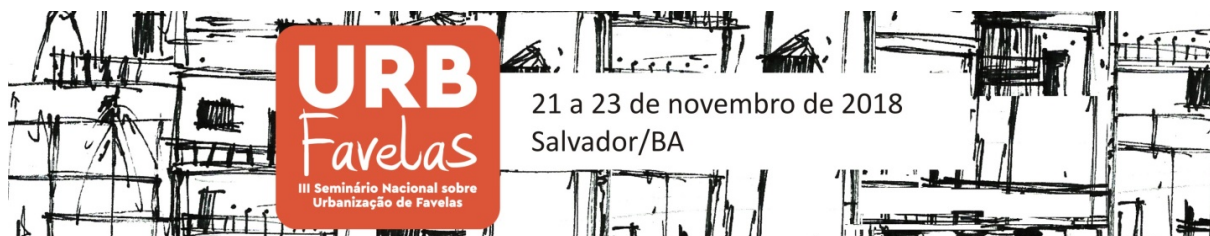
obras com destaque para os precários sistemas de ventilação e iluminação dos ambientes; enchentes e dificuldade de escoamento, além da desinformação da população a respeito dos seus direitos.

Nas falas dos moradores, são recorrentes as reclamações:

“Moro em Manguinhos há quarenta e cinco anos e sempre sofremos com enchentes, mas depois das obras do PAC piorou”.

“Manguinhos vem de mangue, e mangue enche, né? Então a primeira coisa que eles deviam resolver era a enchente”

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC de Manguinhos, do Governo Federal, representado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Empresa de Obras Públicas (EMOP) tinha como proposta inicial para a Rua São José a remoção das habitações existentes paralelamente à Rua Leopoldo Bulhões, para a posterior construção e recuperação de espaços públicos além de implantação de conjuntos habitacionais de interesse popular, para realocação dos moradores locais. Com a priorização, nas obras, da elevação da linha férrea e construção da pista que seria originalmente a continuação da Rua Uranos, o projeto de requalificação da área da São José foi sendo deixado de lado no projeto, até que representantes da EMOP tenham assumido que aquela área teria saído do escopo das obras, por falta de verbas. Com a crescente reivindicação dos moradores em função dos vários problemas gerados pelo PAC - dentre eles podemos destacar: ampliação das enchentes e rachaduras nas casas - no fim de 2015 alguns representantes da EMOP voltaram ao local articulando uma nova possibilidade de remanejamento dos moradores de um único lado da Rua São José. Na suposta mudança, seriam contempladas, apenas, as unidades residenciais de um dos lados da rua, especificamente as casas posicionadas entre a Rua São José e a ampliação da Rua Uranos. Hoje, passados mais de três meses dessa visita da EMOP ao local com essa proposta, nada mais foi dito aos moradores. Com precárias condições de habitabilidade, ampliadas pelas obras inacabadas do PAC, o que restou para os moradores foi a frustração de ter tido esperança em dias melhores.



“O início do PAC acenou com várias possibilidades de melhorias para o local, mas com o passar do tempo, a comunidade percebeu que nem tudo o que havia sido prometido de fato saiu do papel.”

“Eu acreditei e mal sabia que seria vítima do PAC”

VI – OS RUMOS DOS PROJETOS: IMPORTANTES PARCERIAS.

Os caminhos da pesquisa foram se desenhando junto aos moradores da São José, laços de confiança estabelecidos por varias semanas de visitas regulares, conversas, cafês, levantamentos arquitetônicos e fotográficos. Ao percorrer esses caminhos junto a um grumo de moradores, chegamos à construção de várias parcerias. Destacam-se, dentre elas, a parceria construída com o LTM – Laboratório Territorial de Manguinhos, da Fiocruz e a e com o NUTH – Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro.

Buscou-se, com essa parceria, contribuir com os moradores na construção de uma representação junto à Defensoria Publica para reivindicar seus direitos relegados pelas obras do PAC Manguinhos. Foram desenvolvidas várias oficinas de moradores com o objetivo de empoderamento dos mesmos e mapeamento ordenado dos problemas vivenciados. Dessas oficinas, tivemos a construção de relatório técnico dos impactos gerados pelas obras do PAC. Esse relatório construído em conjunto com os moradores foi entregue ao NUTH que conseguiu, a partir das discussões colocadas, marcar uma audiência pública que mobilizou três importantes comunidades: Manguinhos, Alemão e Jacaré. Com habitação como tema central e adesão de uma significativa parcela de moradores que lotaram o auditório da Defensoria Pública, novos rumos foram sendo apontados.

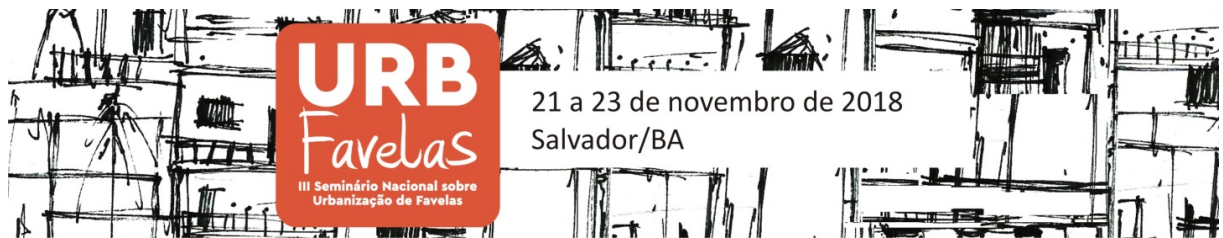
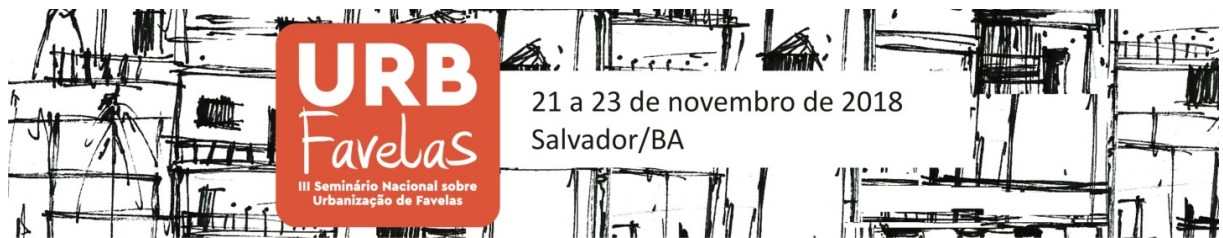
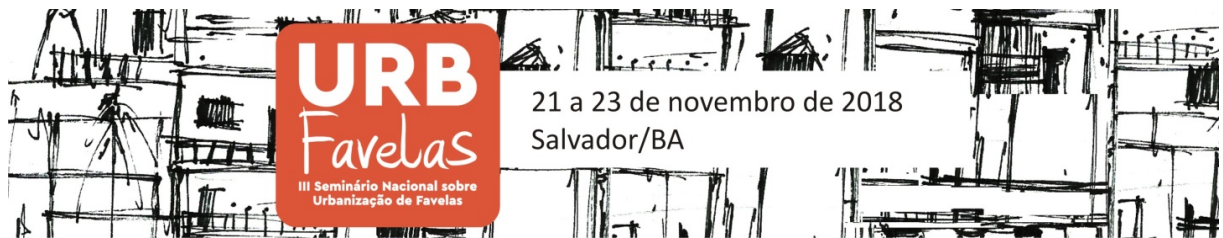


Imagem 3: Cartaz de divulgação desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação da Audiência Pública, ocorrida em agosto de 2016.



VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um dos relatos de campo, os estudantes participantes dos projetos de extensão consideraram que “este projeto é uma intervenção que representa um avanço social, intelectual e psicológico pelas suas ações para uma comunidade que atualmente, segundo pesquisas de campo, está desacreditada de qualquer benefício”. Acompanhando o desenvolvimento e a participação dos alunos, percebo que estes projetos têm representado um avanço social transformador em nossas vidas, minha e desses estudantes. Uma troca efetiva, entre vivências e realidades sociais múltiplas. O que trago, então, aqui, é esta tentativa de apresentar o poder transformador de ampliar os saberes acadêmicos para além dos muros das instituições de ensino, aproximando alunos e pesquisadores das realidades sociais que os cercam, ou muitas vezes já vivenciadas por eles. Os projetos de extensão, coordenados por mim, têm me feito enxergar que os antropotetos, descritos por Carlos Nelson, nascem da teoria, da prática e do mergulho humano; do envolvimento e da inter-relação com o outro. Busco aqui apontar os caminhos da construção de projetos de extensão que fizeram nascer em todos nós o “antropoteto”.



REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ARTIGAS, Vilanova. **A função social do arquiteto**. São Paulo: Nobel, 1989.
- BARTHOLL, Timo. **Movimento social urbano e PAC-Manguinhos (Rio de Janeiro):** Mobilização de baixo, desmobilização e repressão de cima. Sem ano.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.
- CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: Arquitetura para os pobres**. São Paulo: USP, 1980.
- MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e Política: Ensaio para mundos alternativos**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2014.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo**.
- In VELHO, Gilberto. O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980, pp. 37 – 57.
- _____. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.